

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA SOCIOTERRITORIAL: OS ÍNDIOS XIKRIN E A SUA LUTA EM PROL DAS SUAS TERRAS INVADIDAS E DEVASTADAS

SOCIOTERRITORIAL RESISTANCE MOVIMENT: THE KIKRIN INDIANS AND THEIR FIGHTES TO RECONQUIST THEIR INVATED AND DEVASTATED LANDS

Beatriz Maria Soares PONTES¹

Artigo recebido em 23/06/2021, aceito em 01/12/2021, publicado em 12/12/2021.

Palavras-chave:

Índios Xikrin;
Invasões das terras;
Grileiros;
Madeireiros;
Garimpeiros.

RESUMO

O presente trabalho discute, em primeiro lugar, a legislação concernente aos direitos humanos, bem como àquelas alusivas às Terras Indígenas. Na sequência, tece considerações sobre a reprodução social, as atividades produtivas, a cultura e a religião dos Xikrin. Posteriormente, salienta as questões referentes às retiradas de madeiras, às retiradas dos minérios, além da implementação de lotes ilegais, nas terras dos Xikrin. Denuncia a poluição das águas, bem como as consequências para a saúde desta comunidade tradicional. E, finaliza, observando que, em face dos assuntos estudados que se remetem aos movimentos de resistência socioterritoriais, torna-se imprescindível o repensar do suporte teórico referente à supracitada temática.

Keywords:

Xikrin Indians;
Land invasions;
Land grabbers;
Loggers;
Miners.

ABSTRACT

This academic work discuss, in first of all, about the relevant law to the rightes humans, as well as the questions that allude to Indigenous Land. In addition, this production made considerations about the social reporduction, productive activities, the culture and the religion of Xikrin. Posteriorly, has pointed to the issues related to the removal of wood, the removal of ores, in addition to the implementation of illegal lots on the lands of the Xikrin. This production also denouces the water pollution and the consequences to that tradional community health. And, ends, looking that, according the studies that reffers to the social-territorial resistance movements, it is essential to rethink the theoretical support related to the aforementioned theme.

¹ Profa. Dra./Livre-Docente pela UNESP (2008). Profa. Titular aposentada da UFRN. Atualmente, é Professora Colaboradora do Grupo de Pesquisas Movimentos Sociais e Espaço Urbano (UFPE) e do Grupo de Pesquisas Geopolítica e Território, do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGR). Presentemente, está envolvida com pesquisas relativas à Geopolítica do Oriente Médio e do Extremo Oriente, com particular ênfase à China. E-mail: lavbiapontes@hotmail.com.

1. OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, DE 1988

Na Constituição de 1988, os direitos dos índios estão expressos em capítulo específico (Título VIII, da Ordem Social, Capítulo VIII, Dos Índios) com preceitos que asseguram o respeito à organização social, aos costumes, às línguas, crenças e tradições. Também há garantia aos Povos Indígenas em outros dispositivos, ao longo da Constituição. No Artigo 232, é garantida aos povos indígenas a capacidade processual, ao trazer expresso que “os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo, em defesa dos seus direitos e interesses”.

Em outros dispositivos, a Constituição prevê que a responsabilidade de defender judicialmente os direitos indígenas é atribuição do Ministério Público Federal (Art. 129, V). Já a competência de legislar sobre populações indígenas é exclusiva da União (Art. 22, XIV). Processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas, por sua vez, é competência dos juízes federais (Art. 109, XI).

O texto constitucional, também, diz que “o Estado deve proteger as manifestações das culturas populares, inclusive, indígenas” (Art. 215) e “garantir o respeito a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (Art. 210).

Os povos indígenas têm direito a uma educação escolar diferenciada e intercultural (Decreto 6.861), bem como multilíngue e comunitária. Segundo o que diz a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a coordenação nacional das políticas de educação escolar indígena é de competência do Ministério da Educação (Decreto nº 26, de 1991), cabendo aos estados e municípios a execução para a garantia desse direito dos povos indígenas. “Hoje há, também, o papel preservacionista de que a população indígena tem direito a uma escola dentro de sua aldeia, onde são ensinados além do português, a sua língua originária, a sua forma de reprodução cultural tradicional”, detalha o professor Proença no *site* Agencia Brasil (2017).

A Constituição de 1988 estabeleceu que os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam são de natureza originária. Os índios têm a posse das terras, que são bens da União. “A necessidade de demarcação da terra indígena é a espinha dorsal de toda a luta ancestral da população indígena no Brasil. Recentemente, tivemos alguns avanços nos direitos na demarcação da terra, o maior exemplo foi a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol”, avalia Proença.

O advogado chama a atenção para ameaças e “possibilidades de retrocesso” nesse quesito. “Qualquer explicação econômica da terra dentro da comunidade indígena deve ficar a cargo, exclusivamente, da população indígena”. Deve ser respeitada a sua autonomia e, os lucros, os ganhos dali provenientes, devem ser geridos autonomamente pela população indígena.

Os indígenas são cidadãos plenos e têm direito aos benefícios sociais e previdenciários do Estado brasileiro. Como resultado da Constituição de 1988 e, o reconhecimento dos novos direitos indígenas, houve

um avanço no reconhecimento dos direitos previdenciários. Segundo o advogado Gustavo Proença, “os índios têm direito a todos os benefícios sociais como qualquer trabalhador tem, a partir da sua economia familiar”.

O Subsistema de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, criado em 1999 (Lei nº 9.836/99, conhecida como Lei Arouca) é formado pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS) que se configuram em uma rede de serviços implantada nas Terras Indígenas para atender essa população, a partir de critérios geográficos, demográficos e culturais.

Segundo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), esse Subsistema considerou a participação indígena como uma premissa para aumentar o controle e o planejamento dos serviços, bem como uma forma de reforçar a autodeterminação desses povos.

2. A ETNIA XIKRIN KAYAPÓ

Os Xikrin vivem nas Terras Indígenas Cateté e Trincheira Bacajá, no Estado do Pará. A área dos Xikrin do Cateté é banhada pelos rios Itacaiúnas e Cateté e, se situa em terras firmes de mata tropical chamada nesta região de mata de cipó, no interior da jurisdição do município de Parauapebas, mais próxima do núcleo urbano de Carajás. É rica em mogno e castanheiras. Nas clareiras, há grande concentração de babaçu e nas regiões pantanosas, ao sul, incidência de buriti. A maior aldeia, bem como o posto da Funai, situa-se à margem esquerda do rio Cateté, no lugar denominado pelos índios de Pukatingró, onde o rio faz uma curva ampla, com praia e cachoeira rasa. A partir de 1993, iniciou-se a formação de uma nova aldeia, em local denominado pelos índios Djudjé-Kô, com solo fértil para as roças e rico em caça e peixes.

Os Xikrin do Bacajá vivem à margem esquerda do médio rio Bacajá, afluente da margem direita do Xingu, município de José Porfírio. A região é coberta de mata densa. Em 1985, houve cisão e, uma parte do grupo estabeleceu-se à montante, na aldeia da Trincheira.

Os Xikrin constroem as suas aldeias perto de um rio ou igarapé, mas, em terreno seco e bem drenado. O espaço social constitui-se de uma praça central, com um círculo de casas ao redor e da mata circundante, com pequenas roças circulares. As casas possuem uma localização física certa e obedecem a uma ordem estável, que é mantida quando constroem uma nova aldeia ou acampamento na floresta. No centro da aldeia está situada a casa dos homens, espaço masculino, político, jurídico e ritual.

O centro do mundo é representado pelo centro do pátio da aldeia circular, onde se desenvolvem os rituais e a vida pública, em geral. O símbolo do centro do mundo e do universo é o maracá, instrumento musical, redondo e em forma de cabeça, ao som do qual os índios cantam e dançam, seguindo um traçado circular que acompanha a trajetória solar.

Dançando, os índios dizem que remontam ao tempo das origens míticas, recriando, assim, a energia necessária à continuidade e estabilidade do meio ambiente e dos recursos necessários à sobrevivência, à

reprodução contínua da vida e das diferentes instituições sociais que garantem o equilíbrio indispensável à vida em comunidade.

Os Xikrin definem espaços naturais distintos: a terra, dividida em clareira e floresta, o céu, o mundo aquático e o mundo subterrâneo. Estes são concebidos com atributos e habitantes distintos e, se relacionam entre si, de maneira diferenciada. Os espaços naturais são os diferentes domínios que compõem o cosmo. A floresta é a morada de diferentes categorias étnicas inimigas, dos animais terrestres e, também, das plantas. Ela é o espaço da caça prestigiada, como no caso da anta, jabuti, tatu e queixada. Mas, a apropriação indevida, sem regras, do mundo animal, causa a fúria de uma entidade sobrenatural, o dono-controlador dos animais que, por meio de feitiço, regula a ação predatória dos homens.

Por outro lado, é da floresta que provêm atributos importantes da sociabilidade Xikrin. Foi neste domínio que, no tempo das origens, os índios se apoderaram do fogo e da linguagem cerimonial. A floresta é vista como um espaço físico compartilhado por animais e inimigos: é um espaço competitivo, agressivo. Nas situações de doenças, é o domínio com o qual não se deve ter contato.

A neutralização da agressividade é realizada na clareira, lugar da aldeia e das roças, por meio de espécies animais domesticadas e das plantas cultivadas. A clareira é o lugar das relações de parentesco e aliança, da socialização do indivíduo, enfim, da definição da humanidade Xikrin.

No domínio aquático, encontra-se a possibilidade do fortalecimento dos aspectos físicos e psicológicos do indivíduo. A água faz amadurecer, rapidamente, através de rituais de imersão, sem, porém, alterar a substância do ser. A água é um elemento da criação, contrariamente ao fogo, elemento da transformação.

Neste domínio, existe também, um dono-controlador. Sua relação com os homens é de solidariedade e, no tempo mítico, marca o início das relações entre os homens e os outros domínios. Foi o dono-controlador do mundo aquático que ensinou aos homens a cura das doenças. As plantas medicinais são do domínio terrestre, mas, seu conhecimento e as regras de sua manipulação para o benefício dos homens foram adquiridos no mundo aquático, pela mediação de um xamã e de sua relação com o dono-controlador deste domínio.

Um mundo subterrâneo está relacionado ao sangue, ao comer cru, ao canibalismo, representando a condição verdadeiramente antissocial, em que os homens são presas e não predadores. Ele representa aquilo que os homens não querem ser.

No domínio do céu Leste é o lugar da humanidade por excelência, o lugar de origem dos Xikrin. Os Xikrin possuem dois mitos que os consagram como habitantes da terra, em oposição ao céu, de onde provêm e, em oposição aos habitantes subterrâneos, que eles conseguiram eliminar para sempre.

Do ponto de vista geográfico, reconhecem dois pontos cardeais: Leste e Oeste. O Leste é uma região bem definida, localizada geograficamente. Trata-se do lugar de origem dos Mëbengókré, como indica a

mitologia. O Oeste é, simplesmente, um ponto de referência convencional de delimitação do espaço, em oposição ao Leste, mas, por não ser definido, ninguém poderia situá-lo. Segundo os índios, representa o fim do mundo. A região a Leste dos rios Araguaia e Tocantins é apresentada como um espaço mítico, limitado por uma imensa teia de aranha que desce do céu até a terra. Do outro lado desta teia de aranha, encontra-se a morada do gavião-real, iniciador do xamã.

Na sociedade Xikrin, um indivíduo se torna xamã quando vivencia uma situação-limite, durante a qual transpõe uma grande teia de aranha, atinge o espaço celeste, da luz eterna e, tem sua nuca simbolicamente perfurada por um gavião-real, a maior ave deste ecossistema.

O xamã, ser sobre-humano e, cujos poderes são adquiridos “extra socialmente”, é o mediador entre a sociedade Xikrin e a natureza e, entre a sociedade Xikrin e o sobrenatural. O xamã tem o poder de transitar tanto no mundo dos homens, como no mundo da natureza.

Os humanos, ao longo de suas vidas, acumulam atributos de diferentes domínios cósmicos e se constroem por meio deles. O xamã vivencia, compartilha e se comunica continuamente com estes domínios. Ele detém o papel de intermediador por excelência. O xamã é um ser pleno: vive na sociedade dos homens, compartilha da sociedade dos animais, do sobrenatural e tem a capacidade de manipular os diferentes domínios. Ele pode, entre tantos outros atributos, negociar com os donos-controladores do mundo animal, uma boa caçada ou uma farta pescaria.

Ele é iniciado pelo gavião-real, habitante do mundo celeste, adquirindo assim, a capacidade de voar e, voando, possui uma visão cósmica do universo. Diz-se entre os Xikrin que o xamã, indivíduo que também manipula doenças e resgata a alma que se perdeu do corpo, consegue “ver” no sentido amplo: enxerga o que é invisível aos homens. Os xamãs acreditam que os Xikrin veem, excepcionalmente bem e, mas, somente ele e as aves, possuem esta faculdade desenvolvida.

Quando uma comunidade conta com um número suficiente de pessoas, recursos humanos, o ciclo de rituais é contínuo. Durante os rituais, os indivíduos tomam conhecimento das relações de parentesco, das relações de amizade formal, das propriedades de cada indivíduo, isto é, de aspectos da organização e reprodução social. O canto, a coreografia e os ornamentos, dos quais os homens se apropriam, no tempo das origens, são reproduzidos no ritual como manifestações da situação atual da humanidade no cosmo.

Durante os preparativos, os homens saem por 15 dias ou mais, em busca de carne suficiente para realizar um ritual. Na mata, constroem abrigos simples, onde serão atadas as redes. Isto ocorre perto de um rio, para a pesca e de uma roça antiga, para a caça e a coleta de frutas. Vários fornos de pedra assam, diariamente, as carnes nobres e, que serão depois de prontas, envoltas em folhas de bananeira selvagem e, enterradas, aguardarão o dia de levantar acampamento e retornar à aldeia.

Enquanto os homens caçam, as mulheres ficam na aldeia, preparando a farinha de mandioca, colhendo batata doce e coletando inúmeros cachos de bananas que serão consumidos durante o ritual. As

bananas enterradas para maturar, funcionam, de certa forma, como um relógio natural que indicará o dia do ritual. Os mais importantes rituais são os de nomeação masculinas e femininas e os de iniciação masculina, constituído por 5 fases, cada uma delas relacionadas simbolicamente a um domínio cósmico específico.

Estes rituais são, por vezes, inseridos em outros, como a festa do milho novo ou o merêrêmei, “festa bonita”, que se realiza na época de transição entre a seca e a estação chuvosa; as festas que incorporam novos membros em uma sociedade cerimonial, como a dos tatus; o ritual de casamento ou festa da esteira; os rituais funerários e a pesca ritualizada do timbó.

Há, ainda, rituais introduzidos, recentemente, o Kworo-kango, ou a festa da mandioca, de origem Juruna. Homens e mulheres desenvolvem suas festas separada ou conjuntamente. Os rapazes são submetidos a uma grande variedade de provas iniciatórias: a briga contra um ninho de marimbondos, que simboliza uma aldeia inimiga, corridas e escarificações nas pernas para aumentar a agilidade, duelos com espadas pesadas ou jogos competitivos.

Em certas épocas, o ciclo ritual atinge seu clímax e se desenvolve, durante alguns dias, com grande intensidade e em grande estilo. Na vida cerimonial, encontra-se também, um local privilegiado de expressão dos modos como eles refletem sobre relações que vêm mantendo com o mundo dos brancos.

O grupo doméstico, constituído por pessoas que vivem sob o mesmo teto, é uma instituição básica. Uma mulher nasce, vive e morre na mesma casa. As casas, assim como as roças, pertencem às mulheres. Após o casamento, o homem vai viver na casa de sua esposa. As mulheres de uma casa desenvolvem atividades em conjunto. Cabe-lhes o trabalho na época do plantio, a colheita diária de tubérculos para a alimentação, o abastecimento de lenha e água, assim como, parte da coleta da floresta.

São responsáveis pelas tarefas domésticas como processar e cozinhar os alimentos e cuidar dos filhos. Dedicam, também, grande tempo à pintura corporal, atividade extremamente desenvolvida, fiam o algodão e desempenham papel importante durante os rituais. Ainda que não participem, formalmente, do Conselho, opinam sobre as discussões coletivas e decidem sobre os assuntos relacionados à nomeação e casamentos.

As questões de ordem política são propostas e resolvidas no Conselho dos Homens, no centro da aldeia, do qual participam todos os homens, desde os mais jovens, testemunhas silenciosas, até os mais idosos, testemunhas mais distantes.

A incorporação de um jovem na casa dos homens se dá por volta dos 10 anos de idade, por meio de laços de amizade que não têm nada a ver com os laços de parentesco. Desde o momento de sua introdução na casa dos homens, até o nascimento de seu primeiro filho, um jovem passa por diferentes categorias de idade. O nascimento de um filho marca o momento em que o jovem passa a ser um adulto. A casa dos homens está associada aos grupos masculinos e às atividades tipicamente reservadas aos homens. Nela, diferentes grupos, divididos por categoria de idade, se reúnem, ocupando espaços distintos. Cada categoria

conta com um chefe que atende e expressa os anseios de seu grupo. É muito difícil ter um chefe que administre a aldeia inteira sozinho.

A sucessão à chefia da aldeia, entre os Xikrin, se dá dentro de uma mesma família, transmitindo-se de pai para filho e de filho mais velho a filho mais moço. Os homens, geralmente, trabalham sob a direção de um chefe, divididos em categorias de idade. Mas, para ser um chefe, é necessário um aprendizado que leve ao pleno conhecimento dos rituais, cantos, atividades cotidianas, práticas de guerra, mitos e história do grupo. Um chefe não dispõe de meios coercitivos para impor uma decisão às diferentes categorias de idade. É por meio do discurso, da exaltação dos valores morais e dos interesses destes grupos que um chefe consegue propor e ter aceitas as suas ideias.

Um chefe nunca toma uma decisão sozinho, ele não tem o poder para isso. Ele deve estar atento às necessidades, vontades e ideias que circulam no interior de cada grupo de categoria de idade e, logo que ele enxergar um possível consenso, o chefe deve formulá-lo de forma que todos o apoiem, como se a ideia fosse sua. No caso de discórdia, a categoria de idade dos mais velhos é consultada.

A caça e a pesca podem ser atividades individuais ou coletivas. Cabe a eles, a confecção da maior parte dos ornamentos corporais, cestaria, esteiras, instrumentos musicais, bordunas, arcos e flechas.

Em certas ocasiões, os grupos de idade se definem de modo mais visível, como durante a vida nômade, quando cada categoria se dedica a atividades específicas, ou durante certos rituais, ou competições esportivas. Muitas vezes, eles se dividem em metades (jovens x casados) e desempenham várias atividades econômicas, políticas e cerimoniais.

Todo indivíduo sabe se relacionar com os outros indivíduos da aldeia por meio da terminologia de parentesco. Os membros de uma mesma família ou de um seguimento residencial, incluindo parentes afins, formam unidades de apoio mútuo, no convívio cotidiano e em caso de doença.

As relações de nomeação são importantes. Receber um nome faz parte de um longo processo de socialização do indivíduo. No decorrer de sua vida, uma pessoa chega a acumular 35 nomes, transmitidos pela categoria de nominadores e que inclui várias posições genealógicas. Um nome só pode ser transmitido cerimonialmente para um indivíduo considerado “duro”, com seu corpo formado e sadio. Os nomes, além de relacionarem os homens entre si, através dos ancestrais, os relacionam com os diferentes domínios da natureza. A nomeação pode ser perigosa para uma criança que ainda não sabe andar ou para uma pessoa doente.

Pelo exposto, pode-se observar a cultura deste povo tradicional, no que tange à sua reprodução social, às suas atividades econômicas, às suas tradições ancestrais e religiosas. Portanto, ao nosso ver, deve-se respeitar em ampla escala, as populações tradicionais, que são numerosas em nosso País, sobretudo, na Amazônia brasileira.

3. OS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELOS XIKRIN, NAS SUAS TERRAS: ÁGUAS POLUÍDAS POR ATIVIDADE DE MINERAÇÃO, DESMATAMENTO, AÇÕES NEGATIVAS DE MADEIREIROS, GARIMPEIROS E GRILEIROS

3.1 A Poluição das águas resultantes de atividades mineradoras

Em 2015, a pedido dos Xikrin, um professor da Universidade Federal do Pará mediu a presença de metais pesados na água, encontrando níveis acima do recomendado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o dado para o ferro dissolvido na água, em 30 vezes superior ao limite aceito pelo órgão. Havia, também, cromo, cobre e níquel em volumes e concentrações elevadas.

O laudo corroborou a suspeita dos indígenas, que sentiam coceira na pele e ardência nos olhos depois dos mergulhos no Cateté; eles notaram, também, uma diminuição na quantidade e diversidade de peixes, desde que a Mineração Onça Puma, empresa de propriedade da Vale S.A., passou a beneficiar o níquel, em 2010.

A mineradora extraía níquel de duas serras vizinhas à Terra Indígena Xikrin do Cateté, onde nascem afluentes do rio e, beneficiava o minério em uma usina distante, apenas, 6 km da área indígena. Com a extinção de Onça Puma, a Vale se tornou a maior produtora mundial de níquel.

A Justiça Federal já havia ordenado a interrupção das atividades mineradoras em três ocasiões para que fossem corrigidas irregularidades apontadas pelo Ministério Público Federal, no licenciamento do empreendimento e, esclareceu o impacto ambiental das atividades da mineradora, incluindo a contaminação do Cateté, mas, o empreendimento seguiu funcionando por força de liminares obtidas pela mineradora. A Vale afirmou cumprir as obrigações previstas no licenciamento ambiental e negou ser a fonte poluidora do rio Cateté.

É longa a viagem, partindo-se de Marabá, até a entrada da Terra Indígena Xikrin do Cateté, que conta com uma área de 4,4 mil km² no sudeste do Pará. Na rodovia, a paisagem é dominada por campos abertos, onde o gado sofre para se abrigar do sol de 40°C – umas poucas palmeiras oferecem alguma sombra a bois e vacas da raça nelore, que predomina na região.

Da porteira para dentro da área dos Xikrin, entretanto, a floresta amazônica se revela: há abundância de espécies, sobre as quais reina a castanheira, árvore de tronco liso, que pode chegar aos 50 metros de altura e, cuja semente é a popular castanha do Pará.

Essa foi, a região conhecida pela grande quantidade de mogno, mas, as árvores foram derrubadas por madeireiras, enquanto os Xikrin lutavam pela demarcação de sua terra, homologada em 1991. Nesse período, o território foi ocupado pela mineração. A leste da atual Terra Indígena Xikrin do Cateté fica o maior depósito de ferro de alto teor já encontrado no mundo; ao norte, as maiores reservas de cobre do Brasil e, a oeste, uma jazida de níquel de pureza excepcional.

Em 1985, na ditadura militar, a então estatal Vale do Rio Doce inaugurou a mina de Carajás, na Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas - município onde fica a maior parte da TI Xikrin do Cateté –, dando início ao que se tornaria o maior complexo de mineração do mundo: o S11D, uma ampliação da extração de minério de Ferro Carajás, concluída em 2014. Ao lado, desde 2004, começou a funcionar a primeira operação de extração de cobre da Companhia, a Mina do Sossego, seguida por Salobo, no município de Marabá, que, também, abrigava parte da Terra Indígena. Em breve, elas deveriam ganhar a companhia da mina do Alemão, também, de extração de cobre. A multinacional detém os direitos minerários de 14 jazidas na região, entre elas, a mina do Azul, de manganês e, outras, ainda não exploradas.

Todo esse território era Xikrin – no passado, eles chegaram a estender seus domínios ao longo dos rios Tocantins e Araguaia, indo até o Xingu, mas, hoje, dispõem de uma área menor que o Distrito Federal para viver. Estão cercando as aldeias Xikrin, denunciou o professor indígena Bemoro, às margens do rio Cateté, bem na altura em que o curso d'água passa a menos de 500 metros da Onça Puma.

A Terra Indígena Xikrin do Cateté foi declarada em 1977, pelo governo brasileiro, mas, seu processo de demarcação foi concluído, apenas, em 1991. Entre uma coisa e outra, retiraram-se 13 mil hectares da área originalmente reivindicada pelos indígenas – o que corresponde aos 3% da serra do Puma que a Vale estava autorizada a explorar. A Vale extrai, também, níquel na serra da Onça, que ficou de fora da Terra Indígena, mas, abriga o cemitério indígena, o local onde os mortos se reencontram para cantar e dançar eternamente, de acordo com a cultura Xikrin.

A antropóloga Lux Vidal, que participou do processo de demarcação da TI, conta que já se sabia que essa área – que seria excluída na homologação das terras – poderia ser utilizada para a extração de níquel. Já naquela época, geólogos, especialmente, geólogos canadenses que conheciam a antropóloga, falaram para ela: Olha, Lux, essa área aí a oeste é uma área pensada para níquel. Níquel é a pior das coisas que pode acontecer. É o minério mais poluente, o mais letal que pode existir. Não se pode entrar em contato de jeito nenhum com os dejetos do minério de níquel, diz, então, a professora emérita da Universidade de São Paulo, hoje, com 86 anos, pioneira nos estudos sobre os Xikrin.

Nessa área montanhosa, nascem 2 igarapés, pequenos cursos d'água, que logo adiante desembocam no rio Cateté. Na altura de Onça Puma, o Cateté margeia a Terra Indígena, 500 metros distante da área de lavra e, em seguida, ingressa na Terra Indígena.

Cada vez que a chuva cai com força, durante o inverno amazônico - entre outubro e abril -, a água traz consigo sedimentos e barro que descem da encosta das serras e caem na rede de Igarapés e no próprio Cateté. Suas águas ficam vermelhas, absorvendo a coloração da terra que o rodeia.

Foi o que alarmou os Xikrin desde que as tratativas para iniciar o empreendimento começaram, no início dos anos 2000. Essa coisa de tirar pedra da serra vai acabar com o rio. Vocês podem falar e explicar,

mas, o homem branco é mentiroso, vai sujar o Cateté, discursou uma indígena Xikrin, conforme registra um relatório antropológico feito a pedido da Mineração Onça Puma, antes de iniciar o empreendimento.

O Cateté não é um rio muito grande, com cerca de 120km de extensão, enquanto o Tocantins, o Araguaia e o Xingu, os principais da região, estão todos na ordem dos 2 mil km de extensão. Na estação seca, entre maio e setembro, 20 passos bastam para passar de uma margem a outra. O rio fica tão raso que as crianças montam redes de vôlei dentro da água para brincar sem sentir muito calor. Em compensação, durante o período de chuvas, que vai de outubro a abril, a vazão fica cinco vezes maior, subindo de 20,43 m³/s para 106,84m³/s.

O período de estiagem é o mais propício para bater timbó - o cipó utilizado na pescaria coletiva tradicional dos Xikrin - porque o menor volume de água permite enxergar os peixes a olho nu e acertá-los com arco e flecha. O timbó possui uma substância tóxica que, quando liberada na água, reduz a concentração de oxigênio, obrigando os peixes a vir para a superfície em busca de ar, momento em que são flechados. Antes de baterem o timbó, os Xikrin montam uma pequena barragem para reduzir o espaço físico da pescaria, aumentando a eficiência do método.

“Se a gente pesca de anzol, só uma família vai comer peixe. Mas, com timbó, a aldeia inteira come”, explica o ex-cacique Onkray Xikrin.

O processo de preparo de outro alimento tradicional indígena, a farinha de mandioca, também, é feito nas águas do Cateté. Durante semanas, a mandioca fica na água do rio para amolecer e inchar – depois, será triturada e misturada à mandioca seca para ser torrada. Também é tradição entre os Xikrin comer batatas-doces (que eles plantam nas roças) assadas na beira do Cateté, usando a água do rio para molhar o alimento antes de mastigá-lo.

“A cultura nossa é esta, é costume da gente”, argumenta Roiri Xikrin, que não esconde sua insatisfação com a proibição médica de usar as águas do Cateté para processar seus alimentos. “Agora temos que colocar a mandioca de molho em um tonel”, lamenta.

A orientação para evitar o rio e utilizar, apenas, a água encanada das aldeias Xikrin foi dada pelo médico João Paulo Botelho Vieira Filho, que já em 2013, começou a associar à água do Cateté, os episódios cada vez mais frequentes de dores de cabeça, irritações nos olhos e na pele e, até infecções alimentares. O Dr. João Paulo, como é conhecido nas aldeias, é professor da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo e, frequenta os Xikrin há quase 50 anos. Chegou lá para aplicar as primeiras vacinas nos indígenas, na tentativa de reverter uma provável extinção: àquela altura, restavam, apenas, 93 pessoas da população dizimada por epidemias adquiridas no contato com os brancos.

O médico é explícito na proibição do uso do rio para pesca, produção de farinha e para consumo. Ele atribuiu ao acúmulo de metais pesados no organismo dos Xikrin, uma série de problemas de saúde, incluindo

um inédito surto de nascimentos de crianças com defeitos congênitos. “O rio está morto. Se nada for feito, estamos à beira de um etnocídio químico”, vaticina.

Para os indígenas, que continuam a se banhar no rio, apesar das recomendações médicas, abandonar o Cateté significaria cortar vínculos com sua história e cultura e uma profunda mudança no convívio social. “O rio é a nossa vida”, repetem com frequência.

Na origem do povo Xikrin está uma travessia: eles faziam parte do grande grupo Kaiapó, quando decidiram separar-se, cruzando o rio Araguaia; depois disso é que ganharam memória e identidade próprias. Outro episódio marcante aconteceu, lá pelos anos 1950, quando, desagregados, pressionados e explorados por colonos e gateiros (caçadores de pele) que invadiram sua área, retomaram a forma de organização ancestral – em aldeias circulares, mantidas até hoje – às margens do Cateté, justamente, na localidade onde, ainda hoje, está a mais antiga comunidade Xikrin, a Kateté, para diferenciar uma coisa da outra.

Hoje, os Xikrin vivem um renascimento cultural com o resgate de suas tradições e de sua língua – a única falada nas aldeias. “Eu segui todo processo de recuperação deles, depois dos gateiros e madeireiros. A volta dos jovens que estavam espalhados na região, que fizeram a Aldeia Redonda, retomou os seus rituais, as pinturas corporais”, lembra a antropóloga Lux Vidal.

A técnica de pintura corporal praticada pela etnia, também, tem relação com a água. “Teria sido dada pelos invisíveis, pelos sobrenaturais, relacionados aos peixes. Um xamã, visitando esses locais oníricos, teria trazido para a aldeia”, ensina a antropóloga Lux Vidal. Segundo ela, há muitos padrões de pintura diferentes, todos imitando texturas existentes na natureza. “O desenho básico mesmo dos Xikrin são espinhas de peixe”, explica.

Não era difícil imaginar o quão comprometido poderia ficar o modo de vida tradicional dos Xikrin com a instalação de mais um empreendimento minerário e, dessa vez, colado à Terra Indígena. A Vale recebeu todas essas informações em um relatório produzido por dois antropólogos como parte das exigências do licenciamento da operação, que teve a primeira etapa autorizada em agosto de 2004. Na época, a Mineração Onça Puma era um empreendimento da canadense Canico Resources Corporation – foi comprada por 800 milhões de dólares pela Vale, no segundo semestre de 2005. Justo no momento em que o relatório estava sendo concluído.

A multinacional brasileira já era a detentora do negócio quando a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pediu maior aprofundamento nos estudos sobre os impactos de Onça Puma sobre os Xikrin. Até uma sobreposição de área foi encontrada pelos técnicos indigenistas, na época. O órgão pediu, também, avaliações sobre os efeitos de Onça Puma sobre a vida dos habitantes da TI Kayapó, especialmente, em quatro aldeias que estavam no raio de influência do empreendimento. A FUNAI levou cinco anos para avaliar as respostas da Vale, dadas em 2005. Quando o fez, apontou, novamente, a necessidade de complementação de estudos para calcular a extensão dos impactos do empreendimento.

Antes disso, em agosto de 2008, a lavra do minério foi autorizada e, em abril de 2010, iniciaram-se as atividades da usina de beneficiamento sem que o impacto ambiental das atividades da mineradora fosse, claramente, determinado. Em relação aos indígenas, também, não houve negociação – até hoje, eles não recebem nem a compensação financeira a que teriam direito. “Os Xikrin já são impactados por outras operações da mineradora e, a relação entre ambos é muito anterior a este caso. Eles já recebem recursos como indenização por exploração do minério de ferro. Isso já é bem antigo. Nesse caso, eles se perguntam: o minério está na nossa área e a gente não recebe um centavo por isso?”, pergunta o procurador Ubiratan Cazetta, à frente de uma ação civil movida pelo MPF contra a mineradora, desde 2011.

A ação civil aponta uma série de irregularidades no licenciamento: “Não houve sequer a conclusão dos estudos de impacto, não houve o atendimento da condicionante nº 16, da Licença Prévia e da condicionante nº 17, da Licença de Instalação, mas, o empreendimento já está em atividade. Essas condicionantes impunham a necessidade de elaboração de dois amplos programas: um, de gestão ambiental na Terra Indígena –, incluindo o monitoramento da qualidade da água do rio – e, outro, de gestão econômica, voltado para a sustentabilidade financeira das comunidades nativas.

A Secretaria de Meio Ambiente do Pará, responsável pela fiscalização e pelo licenciamento, se limitou a anotar, a cada nova licença expedida ou renovada, que ainda faltava entregar os tais estudos. A FUNAI só se manifestou quando o empreendimento já estava em pé. Por isso, ambas, também, se tornaram réis na ação.

O MPF pede uma compensação financeira de R\$ 1 milhão de reais, por mês, por aldeia (as três Xikrin e outras 4 Kayapó), acrescido de correção monetária, juros e inflação, retroativos à 2015, quando a Vale foi condenada pela primeira vez, pelas irregularidades no processo de licenciamento. A mais recente decisão da Justiça arbitrou um salário mínimo mensal por habitante, o que reduziria o volume total da indenização, ainda, devida a R\$ 19 milhões de reais – mais o equivalente ao tempo que a Vale demorar para concluir os estudos.

A Vale se insurge contra a cobrança, argumentando que já destina cerca de R\$ 1 milhão e 300 mil reais mensais, para os Xikrin, mas, esse pagamento não tem nenhuma relação com a operação em Onça Puma. É na verdade, uma contrapartida pelo Complexo Ferro Carajás, - imposta pelo Banco Mundial, nos anos 1980, quando o projeto se iniciou -, além dos Xikrin, outros 22 povos indígenas que habitam territórios distantes até 50km da Mina Ferro Carajás, têm direito à compensação.

Os Xikrin continuam recebendo esse recurso, que já foi aplicado em habitação, em construção de escolas e na conclusão do processo demarcatório. Hoje, ele continua fundamental para os indígenas, que o destinam, principalmente, à área da saúde – embora eles estejam no mapa do SUS, na prática, precisam pagar por despesas que seriam obrigação do governo federal, como a compra de medicamentos da farmácia básica e remoções de enfermos.

O MPF já firmou um Termo de Ajustamento de Conduta para garantir que a compensação, referente à Onça Puma, tenha destinação específica: 10% para despesas de rotina da aldeia e administração das associações indígenas; 15% para a saúde; 15% para aplicação em projetos produtivos de infraestrutura e, 10% para projetos de monitoramento ambiental. Os outros 40% seriam aplicados em um fundo de investimentos para uso futuro, submetido a um conselho gestor.

3.2 Os Xikrin e a sede da Prefeitura de Parauapebas no Pará

Os índios Xikrin desocuparam a sede da Prefeitura de Parauapebas (2019), no sudeste do Pará. Portanto, um grupo de indígenas reuniu-se com o prefeito Daniel Lemen, firmando um convênio para repasses municipais para a realização de atividades sociais e culturais em quatro aldeias da região.

A ocupação do local aconteceu em forma de protesto pelas péssimas condições das estradas vicinais que dão acesso às aldeias. Os manifestantes disseram que o serviço já deveria ter começado a dois meses, mas, até então, nada tinha sido feito. As aldeias do Xikrin ficam a cerca de 400 km da cidade de Parauapebas e boa parte do trajeto é feita por estradas vicinais. Segundo os indígenas, as vias estão precárias.

Em nota, a Prefeitura de Parauapebas informou que já teve início as obras de infraestrutura nas vicinais e, que proximamente, as máquinas estarão na região onde vivem os índios para realizar a manutenção das vias vicinais que dão acesso às aldeias. Assim, este problema foi, adequadamente, resolvido.

3.3 Os riscos de invasões ilegais nas terras dos Xikrin

O Ministério Público Federal requisitou, em caráter de urgência, uma operação da Polícia Federal contra centenas de invasores da Terra Indígena Trincheira Bacajá (PA), que estariam se preparando para atacar as aldeias da etnia Xikrin. As ameaças são uma resposta à retomada das áreas invadidas por dezenas de guerreiros Xikrin. Grileiros desmataram e queimaram, ilegalmente, 15km² de floresta amazônica, segundo o cálculo da ONG Imazon.

“Para o Ministério Público Federal trata-se de conflito da mais alta gravidade, tendo em vista que houve ação por parte dos indígenas, no sentido de expulsar os invasores de suas terras, após mais de um ano, aguardando a atuação policial na região”, explicou a procuradora Thais Santi, em ofício enviado, no qual pede que a ação fosse realizada em 24h. A assessoria de imprensa da Polícia Federal tem sido procurada, por telefone e e-mail, desde o início de tais acontecimentos, mas, não obteve resposta até aquele momento.

Assim, partindo de Altamira, a maior parte da Terra Indígena é um grande tapete verde, à exceção de algumas aldeias. Na parte sul, porém, aparecem várias feridas de desmatamento recente, alguns em formato de lotes, perto do igarapé Prazer. Há, ainda, um ramal (estrada) que adentra a Terra Indígena com áreas desmatadas de ambos os lados.

Os Xikrin têm denunciado a invasão há muito tempo. A Polícia Federal abriu um inquérito, mas, até aquele presente momento, não havia nenhuma ação para retirar as centenas de grileiros. A Terra Indígena Trincheira Bacajá sofre forte pressão da pecuária, principal atividade econômica de São Félix do Xingu. É o 4º município do país com mais focos de incêndio: 2002, houve ocorrências, segundo o INPE. Trata-se de um aumento de 735%, sobre o mesmo período, do ano anterior.

Algumas autoridades estiveram nas aldeias próximas da invasão. A expedição dos guerreiros pela mata durou pouco mais de 3 dias. Eles voltaram com material confiscado dos barracos, incluindo, um motosserra, espingardas, utensílios domésticos e galinhas. Para as lideranças indígenas, declarações recentes do Presidente da República, contra demarcações, como as feitas até agora, têm estimulado invasões. Os Xikrin afirmaram que os próprios grileiros citaram o mandatário da nação, durante a retomada das terras.

Localizada na área de influência da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, Trincheira Bacajá não é a única Terra Indígena sob pressão na região do médio Xingu, cuja principal cidade é Altamira, atual campeã em número de focos de incêndio, além de ser uma das mais violentas do país. O município acumulou 2.566 focos de calor, aumento de 459% sobre o mesmo período do ano precedente, de acordo com o INPE.

Vizinha à Trincheira, a Terra Indígena Apyterewa, dos índios Parakanãs, enfrentou uma invasão ainda maior. O desmatamento chegou a 28km². Em 2015, o Supremo Tribunal Federal determinou a desintrusão (retirada dos invasores), mas, a decisão não foi cumprida.

Na mesma área contínua a Terra Indígena Ituma/Itatá perdeu 9km² de floresta. As três terras Indígenas são as que mais registraram desmatamento no país, sempre de acordo com o cálculo do Imazon. O que está acontecendo em Altamira é resultado da soma de uma ação e de uma omissão do governo brasileiro, que trouxe o impacto ao Xingu e, depois, se retirou desta área, segundo afirmação da procuradora Santi.

3.4 Ainda, o problema das invasões das terras Xikrin

O Ministério Público Federal, no Pará, alertou a Polícia Federal sobre o grave risco de ataque de invasores contra os índios da etnia Xikrin. No Pará, os índios da etnia Xikrin retomaram uma área que está sendo alvo de madeireiros e grileiros. Pela terra, pela água, pelo ar, por onde se anda na Terra Indígena Trincheira Bacajá, no coração do Pará, uma imensidão verde, mata nativa, da maior floresta tropical do mundo, que detém uma riqueza natural muito significativa, lar de 746 indígenas da etnia Xikrin, está ameaçada.

O Rio Bacajá fica dentro do território dos índios Xikrin onde, em 2019, mais de 400 hectares de terra foram devastadas pelos madeireiros. O desmatamento explodiu. Dados de um satélite coletados pelo Instituto Socioambiental, uma Organização Não Governamental, mostram que, em apenas poucos dias, 915 hectares

foram desmatados dentro da Trincheira Bacajá, um aumento de 1.300%, em relação à média mensal do primeiro semestre de 2019.

Já o Imazon, outro instituto que monitora o uso do solo na Amazônia, detectou uma área ainda maior: 1.500 hectares desmatados. Segundo os índios, o aumento da devastação na Terra Indígena, protegida pela Constituição Federal, coincide com a abertura de novas estradas ilegais na Trincheira Bacajá.

Sobrevoando-se um ponto grande de desmatamento, é lamentável a constatação de vários troncos de madeira que, ainda, vão ser retirados pelos madeireiros. Foram abertas estradas, tem uma estrada grande e uma parte da floresta derrubada pelos madeireiros. É lamentável se constatar, também, o maquinário, uma casa, tudo montado para a exploração de garimpo. A Trincheira Bacajá tem 116.500 km², uma área dez vezes maior que a cidade de São Paulo.

O artigo 231 da Constituição de 1988 estabelece que as Terras Indígenas pertencem à União e, são de usufruto exclusivo dos indígenas, que já ocupavam essa região. São patrimônio do povo brasileiro, com uso exclusivo das populações indígenas. Cabe à União proteger essas áreas, isto é, uma obrigação dela. Se ela não está fazendo, deveria fazer, afirmou André Villas-Boas, secretário executivo do Instituto Socioambiental.

Cansados de esperar por ajuda do governo federal os indígenas têm um histórico de enfrentamento aos invasores. Segundo os Xikrin “chegamos lá, botamos lá o caminhoneiro, estava lá dentro: Ó, pode descer daí, desce, disse, desce. Aí joguei uma madeira no chão e trouxemos o caminhoneiro para cá”, disse Ngrenhkoroti Xikrin.

A Funai, responsável pelas Terras indígenas brasileiras, declarou que vem adotando medidas para resolver o caso, que repassou informações sobre as invasões e danos ambientais para a Polícia Federal, o Ministério Público e o IBAMA e, que tem mantido contato com os Xikrin, com o objetivo de evitar o agravamento do conflito.

Todavia, os índios Xikrin fizeram mais uma incursão pela floresta para expulsar madeireiros e garimpeiros. Em um vídeo, o cacique pede ajuda na língua mebengôkre. “Vamos tirar o branco de nossas terras de novo. Pedimos que vocês nos ajudem. Estamos felizes que vocês mostrem nossa história, que mostrem a minha fala. A floresta é nossa vida”, disse o antigo cacique Kanoy Xikrin. A situação dos índios Xikrin é um dos temas da série Amazônia: Terra de Ninguém, que estreia, na Globo News.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos estudos e análises desenvolvidos ao longo do presente texto pode-se ter, com muita clareza, o que se passa com as sociedades tradicionais residentes na Amazônia Brasileira. Assim, os indígenas da etnia Xikrin, sediados no estado do Pará, têm padecido com grandes ilegalidades e contravenções perpetradas contra a sua comunidade. Infelizmente, esses indígenas sofreram a diminuição das suas terras, tiveram as

águas dos rios que passam em suas terras ou são próximos às mesmas, intensamente poluídas, em virtude de atividades mineradoras empreendidas nos arredores de tais correntes fluviais.

O fato é que, ao banharem-se nessas águas, adquiriram coceiras na pele e irritação nos olhos, protagonizaram problemas alimentares por conta da contaminação, os quais tiveram repercussão nos seus respectivos organismos. Além deste enorme problema, foram, igualmente, vítimas de madeireiros, grileiros e garimpeiros ilegais que desenvolveram atividades de desmatamentos, loteamentos e resgate de minerais preciosos ou importantes para as atividades industriais, que tiveram o condão de acrescentar mais prejuízos às terras indígenas ora discutidas.

Devo lembrar que, nesse movimento de resistência socioterritorial protagonizado pela etnia Xikrin, observei que o aludido movimento social não foi resolvido pacificamente, mas, pelo contrário, persiste em divisar conflitos e, até mesmo, conflitos armados com os indígenas lesados, expulsando à força, de suas terras, os invasores ilegais já citados neste trabalho. Por essa razão, creio que estamos, também, avançando no debate teórico que lastreia os movimentos de resistência socioterritoriais que estão sendo estudados, no âmbito da ciência geográfica, neste período atual.

Saliento, de igual forma que, nos meus estudos e pesquisas, já identifiquei um movimento de resistência socioterritorial, ocorrente no século XVIII, em nosso país, o qual resultou em guerra. Deixo claro que foi mais um passo dado na discussão do referencial teórico-metodológico que diz respeito, no âmbito da Geografia, aos movimentos de resistência socioterritoriais, pois, na medida que avançamos nas pesquisas e análises, novas luzes são acesas, em torno desta tão importante área da ciência geográfica, a qual está se remetendo aos movimentos de resistência socioterritoriais existentes em nosso país, como também, no exterior.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSTITUIÇÃO. (1988). Brasília, DF: Congresso Nacional.

CUNHA, M. C. da. (2012). Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania. Coleção Agenda Brasileira. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma.

GARCIA, R. (2015). A Volta do Desmatamento na Amazônia. Revista Scientific American, 13 (157), 26-31.

HEMMING, J. (2009). Fronteira Amazônica: A Derrota dos Índios Brasileiros. Tradução de Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

KAYAPÓ XIKRIN (2019). Povos Indígenas no Brasil. Disponível: <https://pib.socioambiental.org/pt/>

Povo:Kayap%C3%B3_Xikrin

LIMA, Gen. A. A. de Albuquerque; VALVERDE, O.; REIS, A. C. F. e outros. (1971). PROBLEMÁTICA DA AMAZÔNIA. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

MAISONNAVE, F.; ALMEIDA, L. (2019). Ministério Público Federal pede operação urgente da PF para proteger índios ameaçados no PA. Folha de São Paulo. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/mpf-pede-operacao-urgente-da-pf-para-proteger-indios-ameacados-no-pa.shtml>

MAISONNAVE, F.; ALMEIDA, L. (2019). Abandonados pelo Governo Federal, índios Xikrin retomam área de grileiros no PA. Folha de São Paulo. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/>

ambiente/2019/08/abandonados-pelo-governo-federal-indios-xikrin- retomam-area-de-grileiros-no-pa.shtml

OLIVEIRA, C. Portal Agência Brasil. (2017). Povos Indígenas: Conheça os Direitos previstos na Constituição. Disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao>

Portal G1. Jornal Nacional. (2019). MP alerta Polícia Federal para o risco de invasão de terras dos índios Xikrin. Disponível: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/27/mp-alerta-policia-federal-para-risco-de-invasao-de-terras-dos-indios-xikrin.ghtml>

Portal G1 PA. Belém (Pará). (2019). Após 2 dias, índios Xikrin desocupam sede da Prefeitura de Parauapebas, no Pará. Disponível: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2019/07/11/apos-2-dias-indios-xikrin-desocupam-sede-da-prefeitura-de-parauapebas-no-para.ghtml>

com/pa/para/noticia/2019/07/11/após-2-dias-indios-xikrin-desocupam-sede-da-prefeitura-de-parauapebas-no-para.ghtml

PROCÓPIO, A. (1992). Amazônia: Ecologia e Degradação Social. Coleção Esta América. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

SILVA, A. F. da. (1982). Raízes da Ocupação Recente das Terras do Acre: Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra. Belo Horizonte: UFMG.

SILVA, J. C.; HOFMEISTER, N. (2017). Cercados por minas da Vale, índios Xikrin enfrentam presença de metais pesados em rio do Pará. Opera Mundi. Disponível: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/48535/cercados-por-minas-da-vale-indios-xikrin-enfrentam-presenca-de-metais-pesados-em-rio-do-para>